



CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO (CTIG) Ata da 56ª reunião, realizada em 20 de outubro de 2017

1 Em 20 de outubro de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara Técnica
2 de Instrumentos de Gestão (CTIG) do Conselho Estadual de Recursos
3 Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram
5 os seguintes membros titulares e suplentes: a presidente Irany Maria de
6 Lourdes Braga, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).
7 Representantes dos usuários de recursos hídricos. Elbert Figueira Araújo
8 Santos, da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e
9 Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae); Rander Abrão
10 Tostes, da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Carlos
11 Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado
12 de Minas Gerais (Faemg); Odorico Pereira de Araújo, da Federação das
13 Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); João Carlos de Melo, do
14 Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Thiago Salles de Carvalho, da
15 Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel); Leonardo
16 Guimarães Ribeiro, do Instituto Aço Brasil (IABr). Representantes de
17 entidades da sociedade civil ligadas aos recursos hídricos. Antônio
18 Giacomini Ribeiro, da Associação para a Gestão Socioambiental do
19 Triângulo Mineiro (Angá); Patrícia Generoso Thomaz Guerra, do Fórum
20 Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas
21 (Fonasc); Rayssa Cordeiro Figueiredo, do Conselho Regional de
22 Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Carlos Alberto de
23 Freitas, da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas); Flávio
24 Pimenta de Figueiredo, do Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da
25 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). **Assuntos em pauta. 1)**
26 **ABERTURA.** O presidente ad hoc Carlos Alberto Santos Oliveira declarou
27 aberta a 56ª reunião da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão. **2)**
28 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Antônio Giacomini
29 Ribeiro: “Nós fizemos uma reunião do Conselho na semana passada, no
30 dia 16, e foi deliberado que viria para a CTIG o projeto que estava em
31 pauta. Nós já tínhamos esta reunião marcada e recebemos outra
32 (convocação) para a terça-feira que vem. Foi muito ruim para nós que
33 viemos de longe, inclusive, com despesa do Estado e pessoal, além do
34 tempo, pois deixamos afazeres e tudo. Poderíamos ter adiado esta
35 reunião de hoje para a próxima terça-feira, e faríamos tudo. Só para
36 registrar e pedir à direção para tomar mais cuidado e haver mais um

37 planejamento global da situação.” 3) **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE**
38 **OUTORGA DE GRANDE PORTE PARA EXAME E DELIBERAÇÃO. 3.1)**
39 **EPO Empreendimentos Participações e Obras Ltda. Nova Lima/MG.**
40 **Processo de outorga nº 03206/2009. Canalização do córrego**
41 **estrangulado para fins de urbanização. Apresentação: IGAM.** Outorga
42 concedida por maioria nos termos do parecer técnico do IGAM. A
43 Presidência registrou votos contrários dos conselheiros representantes do
44 Fonasc e da UFMG e abstenção do conselheiro representante da Angá. A
45 Presidência indicou a conselheira Rayssa Cordeiro Figueiredo para relatar
46 o processo na reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos
47 Hídricos. Antes da votação da outorga, a Presidência submeteu à votação
48 da CTIG a proposta apresentada pela conselheira Patrícia Generoso
49 Thomaz Guerra para que o processo fosse baixado em diligência com o
50 objetivo de serem prestados ao Comitê da Bacia do Rio das Velhas os
51 esclarecimentos solicitados ao empreendedor por aquele colegiado. A
52 proposta de baixa em diligência foi rejeitada por maioria. A Presidência
53 registrou dois votos favoráveis à baixa em diligência: dos conselheiros
54 representantes do Fonasc e da UFMG. **Transcrição integral das**
55 **discussões.** **Lucas Martins Sathler Berbert/IGAM:** “Boa tarde a todos.
56 Como foi dito, eu vou falar do processo de outorga 3206/2009, da EPO -
57 Empreendimentos Participações e Obras Ltda. A intervenção está
58 localizada em Nova Lima. O responsável técnico é Marcílio Felício Pereira.
59 Modo de uso: canalização. Objetivo: urbanização. A canalização se
60 encontra implantada desde 2008, conforme informado no formulário
61 técnico. O curso de água, na verdade, é o afluente sem nome do córrego
62 Estrangulado. Tem extensão de 395 m, com uma área de drenagem de
63 0,69 km². E o material é concreto armado, a canalização. O histórico é
64 que, em 2011, foi emitido o parecer jurídico informando que a
65 documentação do processo se encontra em conformidade com o exigido
66 para requerimento de outorga de direito de uso das águas. A análise
67 técnica foi feita para comparação e comprovação dos estudos
68 apresentados. A equipe técnica da GPDRH/IGAM realizou um estudo para
69 identificar a vazão de pico do projeto e a vazão de máxima que suporta a
70 estrutura em análise. Utilizando a hipótese de escoamento uniforme,
71 demonstraram que a canalização do canal, proposta, está de acordo com
72 a vazão de pico do projeto calculada, bem como a capacidade hidráulica
73 do mesmo. Continuando a análise técnica. ‘Conforme os dados
74 apresentados, a estrutura suporta uma vazão de até 23,2 m³/s’, sendo
75 superior à vazão de pico, de 10,08 m³/s. Com isso, a estrutura está
76 adequada. Esses foram os dados que nós fizemos de comparação. Foi
77 utilizado o software Sistema para Cálculo de Componentes Hidráulicos

78 SisCCoH 1.0, para calcular a vazão que a estrutura suporta, o método
79 racional para cálculo de vazão de pico e a equação de Giandotti para
80 cálculo de tempo de concentração. ‘Cabe esclarecer que o Instituto
81 Mineiro de Gestão das Águas não possui responsabilidade técnica sobre
82 os projetos do Sistema de Controle de Enchentes liberados para
83 implantação, sendo que a execução, operação e comprovação da
84 eficiência desses é de inteira responsabilidade da própria empresa e de
85 seus responsáveis técnicos. Ressalta-se que a outorga em apreço não
86 dispensa nem substitui a obtenção pelo requerente de outras licenças
87 legalmente exigíveis’. Aqui está a localização no mapa do Siam, o final da
88 intervenção, a área de drenagem. Pela visão do Google Earth, o início e o
89 final. É uma rua, que, na verdade, a canalização está dentro da rua,
90 subterrânea. Tem o início e o fim. No dia 22/8/2017, eu fui lá fazer vistoria,
91 para verificar. O início da canalização, a galeria. Também chega um
92 córrego, que também vai para a canalização. E a saída da canalização. É
93 1,5 m x 1,5 m, de largura e de altura. E o leito natural do córrego. A
94 conclusão da análise foi que ‘considera que as informações apresentadas
95 são satisfatórias para o deferimento do processo de outorga’. Ela foi
96 devolvida no CBH Velhas porque o Velhas entendeu que ‘o empreendedor
97 possui responsabilidade da outorga solicitada’ e, ‘considerando que o
98 empreendedor não compareceu para esclarecimentos sobre a mesma na
99 reunião da CTOC, dessa forma o Comitê não se posicionou sobre esse
100 processo’. Aí, a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança do CTOC do
101 CBH Velhas deliberou pela devolução do processo de outorga 3206. O
102 empreendedor não foi, porque foi uma obra realizada antes da solicitação
103 de outorga. Foi implantando em 2008, e eles solicitaram em 2009.”
104 Conselheira Patrícia Generoso Thomaz Guerra: “Eu queria, primeiro, fazer
105 algumas considerações sobre a apresentação. Eu vi no histórico que você
106 colocou apenas o parecer que foi emitido em 2011. Se debruçarmos sobre
107 o processo, nós vemos que, na verdade, o processo começa em 2009. E,
108 já em 2009, houve um parecer também destacando a ausência de algum
109 documento. Eu estou falando isso porque acho importante – tanto o IGAM
110 quanto todos nós que estamos aqui na gestão – que tenhamos em mente
111 que essa gestão não pode acontecer em 2017 de um processo que está
112 tramitando desde 2009. E trazer isso como histórico é importante para que
113 possamos também remodelar essa gestão que está sendo feita aqui, seja
114 pelos órgãos, seja por nós, conselheiros, enfim, como uma contribuição
115 mesmo. E, como o Giacomini falou, nós estamos diante de uma reunião
116 que foi marcada de um processo que está em curso desde 2009. Teve um
117 parecer lá em 2009 que destacou a ausência de um documento que só um
118 ano depois foi cobrado do empreendedor. Tem um histórico longo de

119 falhas, seja do órgão, que demorou um ano, por exemplo, para notificar o
120 empreendedor da ausência de documentos, seja do empreendedor, como
121 no CBH. Eu posso estar enganada. Tem alguém aqui representando o
122 empreendedor? De novo, não. Um descaso que, talvez, esteja levando a
123 essa morosidade. Você trouxe a questão do CBH Velhas, que eu acho
124 que, de uma forma muito coerente, entendendo que cabe não só ao
125 IGAM, mas também ao empreendedor a resposta de alguns
126 esclarecimentos, que eu acredito que o CBH Velhas tinha. E, sendo
127 afluente do CBH Velhas, eu acho isso importantíssimo. Considerando que
128 o empreendedor não compareceu para os esclarecimentos a essa mesma
129 reunião da CTOC do CBH Velhas e não compareceu também aqui, eu
130 acho isso um descaso. Eu acho que substituir isso e passar por cima,
131 inclusive, disso que foi a deliberação do CBH Velhas, na minha opinião, é
132 apressado e retira daquele órgão também o poder, exatamente, de
133 controle de gestão que ele quis explicitar deixando de fazer a análise. Em
134 razão disso, o meu encaminhamento é no sentido de que isso também
135 seja retirado de pauta, que seja dada uma última oportunidade para o
136 empreendedor vir fazer os esclarecimentos. E solicitando também ao CBH
137 que compareça a esta Câmara para também nos esclarecer quais são os
138 esclarecimentos que eles tinham em mente. Eu também tinha aqui
139 algumas questões para trazer. Eu vi que, por exemplo, a tabela de como
140 foi realizado o estudo de vazão é de 1975. Pelo empreendedor. E aí eu
141 fiquei pensando que, na questão da urbanização agora, isso pode ser uma
142 tabela... Eu posso estar equivocada. 'Para encontrar o valor do Coeficiente
143 de Escoamento Superficial foi utilizada a tabela de Villela (1975)'. Eu fico
144 pensando que a questão da drenagem superficial, quando tem uma
145 urbanização que já se consolidou na área, isso deve ter algum tipo de
146 relevância. Eu teria outros esclarecimentos para fazer também, mas com o
147 empreendedor. Eu queria entender um pouco mais de onde se encontra
148 essa área, principalmente porque eu sei que tem ali a mata do Jambreiro,
149 a serra do Rola Moça. Mas, diante da ausência aqui, fica prejudicado. E
150 por isso as minhas considerações são no sentido de retirar, intimar o
151 empreendedor, pela última vez, a comparecer para prestar os
152 esclarecimentos, convocando também o CBH Velhas. Para que tanto o
153 CBH – que diz que tem esclarecimentos que gostaria que fossem
154 esclarecidos – quanto também o empreendedor nos deem essa
155 oportunidade. E por último eu acredito que, analisando esse processo de
156 uma estrutura que já está instalada, ver qual postura que nós podemos
157 sugerir como gestão para que um processo inicie e depois seja executado
158 sem que consigamos dar uma resposta. É esse o meu encaminhamento.”
159 Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “Vendo o relato do Fonasc, da

160 Patrícia Generoso, eu acho que é intempestivo o encaminhamento que ela
161 pede para que seja dado nesse processo. O que acontece? Esse já é um
162 empreendimento consolidado. Eu entendo que o que tinha que ser feito já
163 foi feito, está sendo feito, está sendo realizado. Eles estão regularizando a
164 situação da outorga. O empreendimento já está lá, ele é consolidado. O
165 empreendimento é de 1970 e qualquer coisa. Então, eu vejo que não tem
166 por que não deliberarmos porque o empreendedor não está aqui. Isso não
167 é justificativa, eu não posso concordar com isso. Independente se ele
168 esteja ou não, com os documentos, com o material que nós temos, nós
169 temos que deliberar. Nós não podemos prejudicar o empreendimento
170 porque o dono do empreendimento não está aqui. Eu acho que não é por
171 aí.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Odorico, eu entendo o seu
172 posicionamento, porque está consolidado. Assim como tem muita coisa
173 consolidada de maneira errada. Mas o fato de estar consolidado não é,
174 então não precisa nem fazer outorga, é só consolidar. Por que passar? Já
175 está lá. Está entrando em processo de regularização, mas esse
176 argumento de dizer que já está regularizado e por isso ‘vamos deixar
177 como é que está para ver como é que fica’, não é por aí. É o que se faz,
178 na verdade. A maior parte dos poços de água subterrânea no Estado de
179 Minas Gerais é assim. Primeiro se fura, depois vai lá pedir outorga. Faz os
180 testes de vazão – o Carlos Alberto sabe muito bem disso –, às vezes não
181 dá bem, ‘mas já está furado, então vamos tocar em frente’. Não é assim.
182 Então, a prática está errada. Eu estou dando um exemplo, e ocorre por aí,
183 em todo tipo de empreendimento. Então, eu acho que o argumento tem
184 que ir por outra linha também, ver se realmente o projeto está bom. Ele
185 tem, inclusive, questionamento aqui. Eu estava vendo o relatório técnico, a
186 conclusão dele não é uma conclusão positiva. Por exemplo, ele indica
187 que, no início do trecho, a velocidade medida foi de 13,24 m³/s, e o
188 recomendado pela Sudecap é de 12 m³/s. A velocidade dentro da galeria.
189 Então, tem uma inconformidade aí. Fazer o quê? Mas o órgão gestor
190 concordou, foi parecer favorável. Ou isso não é relevante? É a conclusão
191 do relatório técnico apresentado pela empresa. Tem relevância.”
192 Conselheiro Leonardo Guimarães Ribeiro: “Eu ia concordar exatamente
193 nesse ponto, ou seja, independente de o empreendedor estar aqui ou não,
194 eu acho que o que nós podemos fazer é avaliar os questionamentos com
195 o IGAM, porque ele sugeriu o deferimento do processo. Se todos
196 concordarem, nós podemos frisar, inclusive, esse questionamento do
197 Giacomini. Porque o fato de estar consolidado ou não, realmente, eu
198 concordo com o Giacomini que realmente não é motivo para aprovarmos
199 ou não, mas nós temos o órgão gestor aqui falando e sugerindo o
200 deferimento da outorga.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Entre os

201 colegas aqui, tem alguém que é especialista em estruturas hidráulicas, de
202 escoamento, canalização?” Presidente Irazy Maria de Lourdes Braga:
203 “Nós não estamos falando de estrutura.” Conselheiro Antônio Giacomini
204 Ribeiro: “Eu estou falando isso, eu estou falando da conclusão do relatório
205 técnico. Por isso eu queria saber se tem algum especialista nisso aqui.
206 Porque o relatório técnico do empreendedor identifica uma
207 inconformidade. Simples assim. Está aqui. Por isso estou perguntando se
208 tem algum especialista, se poderia avaliar se essa inconformidade
209 compromete o empreendimento no médio prazo, no longo prazo, por
210 exemplo.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Este processo aqui
211 hoje já é um equívoco, conforme muito bem alertou o Giacomini. E nós
212 vamos prolongar o equívoco levantando discussões. Pelo que eu me
213 lembro, lá na Câmara Técnica do Velhas, as obras já foram todas
214 concluídas há muito tempo. Não é isso? Então, pelo decurso de prazo, por
215 tudo o que foi falado, eu acho que não cabe mais discussão. E eu queria
216 também aproveitar a boa impressão de uma gestão, que são coisas
217 pequenas como essa. Se eu estivesse dentro do IGAM, eu sugeriria que,
218 no dia que tivessem mais coisas para a Câmara julgar e avaliar, deveriam
219 vir para cá. Porque eu estou deixando uma porção de coisa para fazer lá
220 na minha sala, no meu escritório. Já estive aqui pela manhã, já estive lá
221 no Comitê do Velhas mais de manhã ainda. Eu estava querendo sugerir
222 que encerrássemos essa discussão e votássemos de acordo com o
223 parecer técnico. Não tem porquê continuar a falar de uma coisa que já
224 morreu.” Thiago Figueiredo Santana, gerente de Pesquisa e
225 Desenvolvimento de Recursos Hídricos/IGAM: “Só prestar alguns
226 esclarecimentos. Primeiro à Patrícia, que faz uma consideração sobre a
227 questão de ocupação do solo levando em referência a metodologia
228 desenvolvida pelo Villela em 1975. Essa metodologia para estabelecer o
229 coeficiente de escoamento superficial direciona você estabelecer as
230 diretrizes e os parâmetros da bacia para estabelecer o valor. Então,
231 indiferente se o mundo mudou de 75 para cá, a metodologia para se
232 definir é a mesma. Independente de 75 ou posterior. Outra questão é que
233 a DN 31 não estabelece, em nenhum momento está explícita a
234 obrigatoriedade de o empreendedor estar presente para o processo dele
235 ser deliberado. Quem defende o parecer aqui é o IGAM, é isso que está
236 definido na norma. O subsídio, tanto para o CBH Velhas quanto para a
237 CTIG e o Conselho, provem do parecer do IGAM, que deve observar os
238 quatro pontos especificados na DN 31 para fazer as suas considerações
239 também em cima do parecer. Então, o CBH Velhas abriu mão, o que é um
240 direito dele. Porque ele tem um prazo estabelecido. Abriu mão do prazo.
241 Suplementarmente, é o Conselho que vem atuar. O Daniel me corrija em

242 nível procedimental. Quanto à questão da recomendação da Sudecap,
243 cabe colocar que a Sudecap não tem qualquer papel regulador ou mesmo
244 de atuação no município de Nova Lima, ela é a Superintendência de
245 Desenvolvimento da Capital e faz como recomendação. Nós estamos
246 discutindo um processo que é de Nova, e ainda que a Sudecap não tem
247 papel regulador. Se estivesse fazendo analogia com alguma norma da
248 ABNT, que é uma norma estritamente técnica, ou ente regulador ao nível
249 dessa operação, claro, ele não poderia se abster disso. Outra questão,
250 Patrícia que você colocou, sobre o prazo do processo. Infelizmente, nós
251 escutamos isso com muita tristeza, por nós, de termos que engolir a
252 realidade. Isso é um passivo. Nós também temos que dar a cara a tapa
253 que isso é um passivo. E esse passivo vem junto com aquele processo do
254 Inhotim que vocês devem lembrar, que foi deliberado aqui, que foi um
255 processo que estava quase que perdido. O que seria quase um crime
256 perder um processo dentro do órgão. Foi encontrado, e nós trouxemos à
257 deliberação. Nós temos que assumir isso. Eu concordo com você que
258 demorar oito anos para dar uma resposta para alguém é inaceitável.”
259 Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Mais alguma ponderação?
260 Então, pelo que eu percebi, nós temos aqui duas situações. A primeira
261 situação é de uma baixa em diligência solicitada pela Patrícia, para que o
262 Comitê do Velhas... Para que eles possam estar vindo aqui e estar
263 explicando o porquê desse encaminhamento. E o outro ponto seria
264 analisarmos o processo de outorga. São duas sugestões. Deliberar.
265 Então, eu vou colocar em votação primeiro a sugestão da Patrícia. Quem
266 for de acordo com a sugestão da Patrícia...” Conselheiro Carlos Alberto
267 Santos Oliveira: “Presidente, me perdoa, mas não vai a plenário, é decisão
268 do presidente da mesa. A baixa em diligência é decisão da mesa.”
269 Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Nesse caso aqui, no caso da
270 CTIG – me corrijam se eu estiver errada –, vai a plenário, sim. Só no caso
271 do CERH é que é da mesa. Já aconteceu isso aqui de outra vez, eu achei
272 que eu tomava a decisão, e aí falaram ‘não, você tem que colocar em
273 votação’.” Thiago Figueiredo Santana, gerente de Pesquisa e
274 Desenvolvimento de Recursos Hídricos/IGAM: “Eu posso só fazer uma
275 questão de ordem? É só porque, para ser baixado em diligência, é porque
276 qualquer esclarecimento perante o processo não possa ser efetuado na
277 reunião. Para ser baixado em diligência para que, dentro de um prazo
278 hábil, possam ser apresentadas essas considerações para que tenha o
279 subsídio adequado para essa situação. Há qualquer informação que não
280 está colocada dentro da competência do processo de outorga para que
281 seja baixado em diligência? A primeira avaliação é essa, antes de colocar
282 em avaliação.” Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Entendi. Então,

283 deixa eu reformular a pergunta. A primeira pergunta é a seguinte: existe
284 algum questionamento por parte deste plenário que não tenha sido
285 respondido pelo corpo técnico do IGAM? Quem tiver algum
286 questionamento que se posicione.” Conselheira Patrícia Generoso
287 Thomaz Guerra: “O esclarecimento já está formulado através do CBH, que
288 encaminhou, através de um ofício, isso. E eu, como Fonasc, estou aqui
289 ratificando o pedido do CBH. Eu acho importantíssimo que haja
290 oportunidade, principalmente do Comitê que faz a gestão do afluente, para
291 que possa ser respondido nos esclarecimentos que ele pontuou.”
292 Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Ele responder ou ele
293 esclarecer?” Conselheira Patrícia Generoso Thomaz Guerra: “Ele ser
294 respondido; o Comitê.” Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Porque
295 o Comitê não foi respondido? É isso que você quer dizer?” Conselheira
296 Patrícia Generoso Thomaz Guerra: “Pelo ofício que foi encaminhado, o
297 motivo de estar sendo encaminhado para cá é exatamente porque o CBH
298 Velhas tinha alguns esclarecimentos para serem feitos com o
299 empreendedor e que não puderam ser realizados, em razão da ausência
300 do empreendedor. Eu continuo entendendo que isso já é um documento
301 que já está expresso, já é um esclarecimento que já está solicitado através
302 de um documento contido no processo e que eu estou aqui ratificando
303 como membro deste Conselho. A outra coisa que talvez você pudesse me
304 esclarecer é que a saída – pelas fotos, até considerando a informação do
305 Giacomini, de velocidade – você mostrou que era só a estrutura, mas eu
306 não vi se tinha escadas. Isso é saída ou já é o curso natural? Eu queria
307 saber se tem alguma medida, inclusive, de redução de velocidade pós-
308 construção.” Lucas Martins Sathler Berbert/IGAM: “Aqui é o final da
309 galeria. Aquilo que você está vendo é um dissipador de energia bem em
310 frente a essa galeria. A água que sai ali, quando está com maior
311 velocidade, bate nessa parede e depois vem para cá. Tem esse
312 dissipador. E embaixo depois não tem mais nada, são só pedras. Mas o
313 dissipador de energia que tem é esse, essa parede, que deve ter 1,5 m de
314 altura, o mesmo tamanho da galeria.” Conselheira Patrícia Generoso
315 Thomaz Guerra: “Eu acho que seria importantíssimo se entendêssemos
316 se isso, inclusive, é suficiente. Apesar de a Sudecap não ser o órgão de
317 gestão, eu acho importantíssimo que a gestão se faça com todas as
318 pessoas interessadas a dar algum tipo de contribuição, independe de ser
319 ou não gestão do município. Eu acho que desprezar uma informação
320 dessa natureza, para mim, é um pouco precipitado.” Thiago Figueiredo
321 Santana, gerente de Pesquisa e Desenvolvimento de Recursos
322 Hídricos/IGAM: “Eu vou fazer dois esclarecimentos aqui. Quem dá
323 esclarecimento técnico da hidrologia do processo é o IGAM, porque é ele

324 que elabora um parecer com a recomendação. Outra questão: o Lucas
325 participou da reunião no CBH Velhas, e o esclarecimento era por que eles
326 entraram com o processo já com a estrutura implantada. Só para ficar
327 claro isso. Isso foi o que aconteceu na reunião do CBH Velhas. Agora, eu
328 ainda não vi qualquer motivador nesta reunião que tenha demonstrado
329 carência de informação de qualquer um dos que questionaram aqui. E nós
330 estamos à disposição para prestar qualquer esclarecimento.” Conselheiro
331 Flávio Pimenta de Figueiredo: “Por favor, volte à apresentação. Eu só
332 tenho essa dúvida. ‘Que não se responsabiliza’. ‘Cabe esclarecer que o
333 Instituto Mineiro de Gestão das Águas não possui responsabilidade
334 técnica sobre os projetos do Sistema de Controle de Enchentes liberados
335 para implantação, sendo que a execução, operação e comprovação da
336 eficiência desses é de inteira responsabilidade da própria empresa...”
337 Thiago Figueiredo Santana, gerente de Pesquisa e Desenvolvimento de
338 Recursos Hídricos/IGAM: “Quer um esclarecimento simples sobre isso?
339 Drenagem pluvial é o maior fator que acarreta problemas de enchentes, e
340 o Estado de Minas não outorga drenagem pluvial analogamente. Quem
341 faz drenagem de outorga pluvial são um Estado e um Distrito no Brasil,
342 que são os maiores agravadores de enchentes, que são o Rio Grande do
343 Sul e o Distrito Federal. Nós avaliamos a estrutura perante a condição
344 atual, pelas informações hidráulicas da operação. A enchente ocorre não
345 só pela estrutura. Há fatores externos, que aí nós não temos
346 responsabilidade.” Conselheiro Flávio Pimenta de Figueiredo: “Mas à
347 frente já faz a vazão de pico. A vazão de pico é 10,08 m³/s, e exporta
348 23,20. Vazão máxima de pico. Se tem, por exemplo, duas vezes mais a
349 vazão de pico, por que essa não responsabilidade?” Thiago Figueiredo
350 Santana, gerente de Pesquisa e Desenvolvimento de Recursos
351 Hídricos/IGAM: “Nós não nos responsabilizamos porque o mundo é
352 dinâmico. Um dos grandes problemas hoje que afetam grandes
353 inundações se chama coleta de lixo. Discutimos isso muito no CBH do Rio
354 das Velhas. Há vários problemas em que os problemas de inundação
355 ocorrem em regiões onde a coleta de lixo é precária. Não é a estrutura
356 que é ruim ou mal dimensionada, há um problema de entorno ali, em que
357 ocorrem vários problemas. Como em Ribeirão das Neves, estávamos
358 discutindo uma canalização, e o problema era esse. Mesmo passando o
359 dobro, tendo a capacidade de suporte do dobro, nós não somos
360 responsáveis.” Conselheiro Flávio Pimenta de Figueiredo: “Esses dados
361 foram apresentados por quem?” Thiago Figueiredo Santana, gerente de
362 Pesquisa e Desenvolvimento de Recursos Hídricos/IGAM: “Por engenheiro
363 com responsabilidade técnica junto ao Crea. Isso é de escolha da
364 empresa. Se é da empresa ou um terceiro, a responsabilidade da escolha

365 cabe a ela. Mas a responsabilidade civil e criminal cabe a outros entes
366 apurarem, na ocorrência de um evento.” Conselheiro Flávio Pimenta de
367 Figueiredo: “Ok. Tirou minha dúvida. Obrigado.” Conselheira Patrícia
368 Generoso Thomaz Guerra: “Eu acho que foi muito feliz o seu pedido,
369 porque era exatamente isso que eu queria trazer. A análise técnica.
370 Embora reconheça que a responsabilidade técnica é do empreendedor –
371 você trouxe aqui, inclusive, a questão de as informações serem prestadas
372 pelo empreendedor – nós estamos diante de uma impossibilidade de aferir
373 qualquer dúvida e qualquer questão. Isso, para mim, é decisivo,
374 principalmente porque me chamou a atenção a escolha de uma palavra
375 nas considerações finais do parecer. ‘Considerando como satisfatórios os
376 estudos apresentados pelo empreendedor, para efeito de uma
377 comparação e compreensão dos estudos apresentados, a equipe técnica
378 realizou um estudo resumido para identificar a vazão de pico do projeto’.
379 Então, eu fiquei sem entender o que significava isso de estudo ‘resumido’.
380 E junto com isso que é padrão dos técnicos falarem que a
381 responsabilidade técnica é da empresa. E com isso também o pedido do
382 CBH Velhas de ter a possibilidade de esclarecimento com o
383 empreendedor. Então, essas considerações que eu queria trazer e
384 solicitando que isso constasse da ata.” Thiago Figueiredo Santana,
385 gerente de Pesquisa e Desenvolvimento de Recursos Hídricos/IGAM: “Eu
386 posso até falar que a palavra ‘resumido’ está até infeliz, porque todo o
387 estudo hidrológico, até para uma bacia muito pequena, de menos de 1
388 km², foi realizado. E, por serem informações prestadas pelo
389 empreendedor, eu não compreendo a discussão, porque todos os
390 processos de regularização ambiental e outorgas são de informações
391 prestadas pelo empreendedor. O projeto de dimensionamento básico.”
392 Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Se alguém tivesse conhecimento
393 de hidráulica. Para ficar bem atento na conclusão do relatório técnico, item
394 7. Porque afirma, no início, que no trecho inicial, com 28 m de extensão e
395 declividade 6,6%, deu uma velocidade de 13,24. Embora esse parâmetro
396 da Sudecap não seja legal, ele quer dizer alguma coisa, que está acima
397 daquilo que por aí, na região, na capital, excede. Se juntar com aquele
398 dado inicial de que a vazão máxima, pelo coeficiente da equação, dá 10, e
399 está dimensionado para 23, significa que ele deveria, na máxima, passar
400 pelo menos 50% do tubo. Só que, como ele tem uma declividade muito
401 acentuada no início, essa água ganha uma velocidade tal que, chega ao
402 final, lá no trecho final, a jusante da rua Ipê Amarelo, a lâmina d'água
403 alcançou 82% da seção transversal. Veja a importância disso aí. Demorou
404 para cruzar as informações. Metodologicamente, usou a equação racional
405 para dimensionar. Ele pegou justamente nesse ponto da declividade.

406 Porque entra com uma velocidade tão alta que vai causar uma pressão lá
407 embaixo que aumenta o preenchimento da tubulação. Então, tem que
408 prestar atenção.” Thiago Figueiredo Santana, gerente de Pesquisa e
409 Desenvolvimento de Recursos Hídricos/IGAM: “Só para colocar. A entrada
410 de vazão ocorre porque ele tem uma declividade muito mais alta no
411 começo com o nível de escoamento. Mas nós temos que verificar que
412 também tem duas questões. A partir do momento que tem alta
413 declividade, o início da intervenção, depois ele começa a ter uma redução
414 de declividade, e ainda, no final, ele tem um efeito de quebrar a
415 velocidade. A estrutura que o Lucas mostrou ali, um dissipador de energia.
416 Então, por isso, por um remanso que ele causa, ele faz essa acumulação,
417 comprometendo maior percentual da estrutura, que é cilíndrica. Então, é
418 uma questão até de segurança, porque a água vai sair com uma
419 velocidade do curso d’água natural menor. Então, em nível de impacto de
420 jusante, tem um impacto menor. Seria muito mais temerário se fosse uma
421 estrutura ao contrário, que entrasse com uma declividade menor e
422 acabasse com uma velocidade maior, que levaria uma estrutura de
423 arrasto, no final, muito grande. Então, ele faz o oposto: entra com maior
424 velocidade e sai com menor. Então, o impacto de jusante é mitigado por
425 isso.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Inclusive, onde recebe o
426 impacto lá no córrego é todo um leito rochoso, não há erosão nem nada.”
427 Presidente Irazy Maria de Lourdes Braga: “Então, senhores, só para
428 podermos alinhar corretamente, eu queria colocar primeiro em votação
429 aqui quem aprova o pedido de diligência de acordo com o solicitado pelo
430 Fonasc. Para vermos que encaminhamento nós vamos dar. Quem aprova
431 se manifeste. Então, nós vamos continuar a análise do processo, porque
432 tiveram somente dois votos – voto do Fonasc e voto da UFMG – para a
433 baixa em diligência. Então, nós vamos continuar com o processo de
434 avaliação da outorga. Correto? Mais alguma dúvida? Então, eu vou
435 colocar o processo em votação. Quem estiver a favor da concessão da
436 outorga do empreendimento EPO – Empreendimentos, Participação e
437 Obras Ltda., no município de Nova Lima, Minas Gerais, processo de
438 outorga 3206/2009, canalização do córrego Estrangulado, para fins de
439 urbanização, que permaneça como está. Outorga concedida, com dois
440 votos contrários – Fonasc e UFMG – e uma abstenção, do Giacomini, da
441 Angá. Ok. Processo aprovado, outorga deferida.” **4) ASSUNTOS GERAIS.**
442 O conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira recomendou que sejam
443 marcadas reuniões da CTIG apenas quando houver, no mínimo, quatro
444 processos em pauta, com o objetivo de serem otimizados os trabalhos. A
445 presidente Irazy Maria de Lourdes Braga afirmou que a consideração do
446 conselheiro será avaliada, mas ponderou em relação à longa espera do

447 empreendedor para ter seus processos pautados após todos os trâmites
448 necessários. O conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro considerou que a
449 pauta desta sessão poderia ter sido agregada à pauta da reunião da
450 próxima terça-feira. A presidente Irany Maria de Lourdes Braga informou
451 que solicitou o cancelamento desta reunião e que se marcasse para a
452 próxima terça-feira, mas foi informada pela Secretaria Executiva de que
453 alguns conselheiros já estavam com passagens compradas. O conselheiro
454 Antônio Giacomini Ribeiro propôs que a Câmara passe a ter pautas mais
455 propositivas e apresentou sugestões. “Nós estamos tratando de
456 instrumentos de gestão e deveríamos colocar à mesa e criar uma pauta de
457 discussão, questionar as normas vigentes, inclusive, tentar melhorar todo
458 esse processo. O papel da Câmara é não apenas apoiar o Plenário do
459 Conselho, mas, de acordo com o regimento da CTIG, ela tem que cuidar
460 desses instrumentos e propor. Nós temos muitos problemas e temos
461 pautas cheias só com problemas que temos na região do Triângulo
462 Mineiro. Eu sugiro a questão de posto tubular profundo quanto a vazão
463 para irrigação em pivô central, que está tendo problemas na região do
464 Triangulo Mineiro.” O conselheiro Odorico Pereira de Araújo ponderou que
465 “as últimas outorgas que chegaram à CTIG derivam de problemas
466 estruturais dos Comitês de Bacias”, que não fizeram as deliberações de
467 outorga de sua competência, que tiveram que ser remetidas a esta
468 Câmara. Sugeriu, nesse sentido, um alinhamento do IGAM com os
469 Comitês no sentido de orientação dos procedimentos. Conselheiro Carlos
470 Alberto Santos Oliveira: “Eu queria só lamentar o desligamento da Fátima,
471 do IGAM. Me parece que já é uma situação consolidada. A Faemg
472 entende que ela estava fazendo um belíssimo trabalho, e, qualquer que
473 tenha sido o motivo, nós lamentamos a saída dela.” Thiago Figueiredo
474 Santana, gerente de Pesquisa e Desenvolvimento de Recursos
475 Hídricos/IGAM comunicou que o Estado está trabalhando no sentido de
476 viabilizar o cadastro de empresas perfuradoras de postos subterrâneos,
477 conforme estabelecido no decreto que regulamenta a Política Estadual de
478 Recursos Hídricos. “Nós estamos caminhando para ter um controle efetivo
479 em cima disso. Além de monitoramento, posto de baixa vazão, foi
480 aprovada a DN de áreas de restrição, e essa DN vai atuar nesse sentido,
481 estabelecer as áreas de superexploração, estabelecer regime de
482 bombeamento, estabelecer monitoramento. Cabe agora o
483 acompanhamento da efetivação da DN.” Conselheiro Antônio Giacomini
484 Ribeiro: “Eu queria complementar e ser mais rigoroso ainda, para se fazer
485 registro da perfuratriz como se faz com motosserra, na polícia ou qualquer
486 coisa do gênero, porque a perfuratriz é uma arma contra a água
487 subterrânea, não é a favor. Um poço sem critério, além de exaurir, de uma

488 maneira indevida, o aquífero, está contaminando, é uma porta para
489 contaminação. Então essa questão é muito mais séria do que se imagina.”
490 Conselheiro Flávio Pimenta de Figueiredo: “Nesta semana, teve o
491 seminário na CTPLAN, justamente discutindo essa questão dessas
492 restrições. E uma coisa que me chamou muito atenção foi uma palavra do
493 professor Bruschi na parte de água subterrânea, em que ele destaca três
494 níveis: a água sob pressão atmosférica; uma água intermediária,
495 confinada; e outra mais baixa. E mostra a questão do tempo de
496 recuperação. A água mais profunda demora cem anos para recuperar.
497 Então imaginem onde nós estamos. Quando estamos discutindo a
498 questão de restrição, nós estamos pensando no futuro, na
499 sustentabilidade de gerações futuras.” Conselheiro Leonardo Guimarães
500 Ribeiro: “Eu considero que o Giacomini foi extremamente feliz em dizer
501 que deveríamos ter uma pauta mais propositiva, o que eu acho que
502 sempre buscamos em relação ao IGAM. Inclusive, o GT de Recursos
503 Hídricos da Fiemg fez uma carta ao governador solicitando o
504 fortalecimento do IGAM, e um dos pleitos que consideramos que vai dar
505 mais força para a gestão da água é a informação. Sempre buscamos e
506 solicitamos um sistema informatizado, que coloque as informações de
507 outorga de forma dinâmica, um monitoramento dinâmico. A transparência
508 de informação vai permitir gestão, reduzir conflito e colocar realmente o
509 que está acontecendo, inclusive para evitar o embate com o
510 empreendedor. Então essa pauta deveria ser colocada também, o que o
511 IGAM busca fazer para um sistema de monitoramento avançado, com
512 georreferenciamento, com informação atualizada, o que, inclusive, foi uma
513 demanda do PUA, que tivesse um sistema informatizado. Essa pauta é
514 mais importante para começarmos a visualizar uma gestão. Caso não
515 tenha, talvez a CTIG buscar um pleito para que gere esse instrumento
516 para o Estado.” Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: “Eu quero
517 sugerir que vocês coloquem isso no e-mail, para submetermos ao IGAM, e
518 que o IGAM transforme em uma pauta. Esse pleito de sistema de dados
519 para a gestão, desde 2009, estamos escutando isso e estamos pleiteando
520 isso. Eu sei que estão fazendo alguma coisa, então que mostrem o que
521 tem sido feito.” Conselheiro Carlos Alberto de Freitas: “Essa quantidade de
522 perfuração de poços, indiscriminadamente, realmente é prejudicial para a
523 água subterrânea. Na Abas, nós temos batalhado muito em cima disso, e
524 eu acho que tudo passa pela legalidade. Realmente, há uma falta de
525 critério que vai trazer sérios problemas. Agora, cada caso é um caso, cada
526 aquífero é um aquífero diferente. E se você está estranhando cem anos,
527 tem águas muito mais profundas, que levam séculos para retornar à
528 superfície, para retornar o ciclo hidrológico.” Conselheiro Odorico Pereira

529 de Araújo: “Dentro desse contexto que estamos discutindo, nós estamos
530 avançando um pouco dentro da bacia do rio das Velhas. Nós assinamos
531 um termo de parceria dentro do programa ‘Revitalize Rio das Velhas’. Não
532 podemos ficar só esperando o órgão do Estado resolver nossos
533 problemas, nós temos que correr atrás deles. Diante disso, contratamos
534 uma empresa para que fizesse levantamento dos maiores contribuintes da
535 qualidade da água do rio das Velhas, e vamos apresentar para a diretoria
536 e para a AGB Peixe Vivo. E aquelas empresas que estejam acima do
537 permitido pela legislação nós vamos chamar para conversar e pedir para
538 fazer um trabalho. E dar um prazo para que venham se adequar. O
539 objetivo nosso é procurar melhorar a qualidade e a quantidade da água.
540 Nós temos que passar a usar as universidades, fundos de investimentos,
541 que não usamos. Temos que começar a pensar dessa forma. Temos que
542 sair dessa retórica. A sociedade civil tem o seu papel, que eu acho que é
543 importantíssimo, como os usuários e o Estado também têm seu papel.
544 Nós temos que sentar à mesa e ver o que vamos fazer para resolver os
545 nossos problemas.” **5) ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos
546 a serem tratados, a presidente Irany Maria de Lourdes Braga declarou
547 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

548

549

APROVAÇÃO DA ATA

550

551

552

553

554

Irany Maria de Lourdes Braga
Presidente da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão